

Aula 03

*Unioeste (Contador) Contabilidade
Pública - 2023 (Pós-Edital)*

Autor:
Gilmar Possati

15 de Junho de 2023

Índice

1) Composição do Patrimônio Público - Teoria	3
2) Variações Patrimoniais - Teoria	13
3) Questões Comentadas - Procedimentos Contábeis Patrimoniais (I)	18
4) Lista de Questões - Procedimentos Contábeis Patrimoniais (I)	39



COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Patrimônio Público

Já estudamos o conceito de patrimônio público. Vamos revisar?

Patrimônio Público é o conjunto de **direitos e bens, tangíveis ou intangíveis**, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, **que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações**.

Conceitos relacionados ao ativo

Conceitos relacionados ao passivo

Destinação Social

Agora chegou a hora de estudar a estruturação do patrimônio público, ou seja, estudar os seus grupos: ativo, passivo e patrimônio líquido.

Para tanto, devemos ter o entendimento inicial de que os **bens e direitos** representam o **ativo** da empresa, ou seja, os elementos **positivos** do patrimônio, e as **obrigações**, por sua vez, o **passivo**, ou seja, os elementos **negativos** do patrimônio.

O patrimônio público é estruturado em três grupos:

Ativo: é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Passivo: é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Patrimônio Líquido: é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Vamos estudar esses conceitos detalhadamente, pois são importantíssimos.

Ativo

Segundo a NBC TSP Estrutura Conceitual,

ATIVO é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Nos termos da Estrutura Conceitual, **recurso** é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.

A Estrutura Conceitual destaca que **a forma física não é uma condição necessária para um recurso**.

Essa definição possui três características que são fundamentais para que um item seja considerado como ativo: **gerar benefício econômico futuro ou potencial de serviços, ser controlado pela entidade e ser resultante de um evento ocorrido no passado**. Portanto, algo só pode ser considerado ativo quando cumprir as três condições em conjunto. Sendo assim, passemos à análise de cada um dos elementos que compõem a definição de ativo.



FUTURO BENEFÍCIO ECONÔMICO: o futuro benefício econômico é a essência de um ativo e refere-se ao **potencial de contribuição, seja direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalente de caixa da entidade**. Este benefício pode ser sob a forma de algo que será convertido em caixa ou que pode reduzir as saídas de caixa. Assim, os ativos podem dar origem a benefício econômico quando são:

- usados na produção de estoques ou serviços vendidos pela entidade (empresas estatais);
- trocados por outros ativos;
- usados para reduzir um passivo.

Imagine que uma empresa estatal tenha uma duplicata a receber resultante de uma venda a prazo. Caso o cliente esteja falido, essa duplicata é somente um papel sem possibilidade de obter benefício econômico futuro. Portanto, nesse caso, essa duplicata não é um ativo.

Outro exemplo seria o caso de uma máquina sem nenhuma perspectiva de uso por parte da entidade e sem possibilidade de ter um comprador. Perceba que, nesse caso, essa máquina não pode ser considerada como um ativo, pois não há possibilidade de obter benefício econômico futuro.

Portanto, caro estudante, perceba que **a condição de algo ser “bens e direitos” não garante, por si só, que seja um ativo**. Os exemplos acima mostram situações em que existe um bem e o mesmo não pode ser considerado um ativo.

Segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual,

Os benefícios econômicos correspondem a entradas de caixa ou a reduções das saídas de caixa. As entradas de caixa (ou as reduções das saídas de caixa) podem derivar, por exemplo:

- a) da utilização do ativo na produção e na venda de serviços; ou
- b) da troca direta do ativo por caixa ou por outros recursos.

POTENCIAL DE SERVIÇOS: não podemos esquecer que, **diferentemente da Contabilidade Geral**, no conceito presente na Estrutura Conceitual há a figura do **potencial de serviços**. Veja que o termo “recurso” usado no conceito é um item com potencial de serviços **OU** com a capacidade de gerar benefícios econômicos.

Em uma análise preliminar poderíamos afirmar que mesmo não havendo benefício econômico futuro, presentes as demais características poderíamos considerar determinado bem/direito como um ativo desde que resulte em potencial de serviços, não é mesmo?

Ocorre que esse conceito deve ser interpretado juntamente com os critérios de reconhecimento que estudaremos na sequência. Um dos critérios é justamente a geração de benefícios econômicos futuros. Logo, para ser considerado como ativo o bem/direito deve sim gerar benefício econômico futuro.

Nos termos da NBC TSP – Estrutura Conceitual, o **potencial de serviços é a capacidade de prestar serviços que contribuam para alcançar os objetivos da entidade**. O potencial de serviços possibilita a entidade alcançar os seus objetivos sem, necessariamente, gerar entrada líquida de caixa.

Segundo a Estrutura Conceitual, o potencial de serviços ou a capacidade de gerar benefícios econômicos podem surgir diretamente do próprio recurso ou dos direitos de sua utilização. Alguns recursos incluem os direitos da entidade a uma série de benefícios, inclusive, por exemplo, o direito a:

- a) utilizar o recurso para a prestação de serviços (inclusive bens);
- b) utilizar os recursos de terceiros para prestar serviços como, por exemplo, arrendamento mercantil;
- c) converter o recurso em caixa por meio da sua alienação;



- d) beneficiar-se da valorização do recurso; ou
- e) receber fluxos de caixa.

Ainda, segundo a Estrutura Conceitual, os ativos do setor público que ensejam potencial de serviços podem ser representados pelos ativos de recreação, do patrimônio cultural, comunitários, de defesa nacional e outros que sejam mantidos pelos governos e outras entidades do setor público e que sejam utilizados para a prestação de serviços a terceiros. Tais serviços podem ser para consumo coletivo ou individual. Vários serviços podem ser fornecidos em áreas onde não haja concorrência de mercado ou concorrência limitada de mercado. A utilização e a alienação de tais ativos podem ser restritas, já que muitos ativos que ensejam potencial de serviços são especializados por natureza.

CONTROLE PELA ENTIDADE: segundo a Estrutura Conceitual, a entidade deve ter o controle do recurso. O **controle do recurso** envolve a **capacidade da entidade em utilizar o recurso (ou controlar terceiros na sua utilização)** de modo que haja a geração do potencial de serviços ou dos benefícios econômicos originados do recurso para o cumprimento dos seus objetivos de prestação de serviços, entre outros.

O controle pela entidade refere-se ao fato de que o benefício futuro deve ser controlado por uma entidade em particular. Perceba que a definição não utiliza o termo propriedade, desvinculando a parte legal da econômica. Trata-se da **essência sobre a forma**. O exemplo clássico citado pela doutrina é o **arrendamento financeiro**, em que os bens pertencem ao arrendador, porém ficam sob controle do arrendatário, além de todos os riscos e benefícios decorrentes, devendo, portanto, serem contabilizados como ativo pelo arrendatário.

Nesse sentido, a Estrutura Conceitual assim se manifesta:

A propriedade legal do recurso, tal como terreno ou equipamento, é um dos métodos para se verificar o potencial de serviços ou os benefícios econômicos de um ativo. No entanto, **os direitos ao potencial de serviços ou à capacidade de gerar benefícios econômicos podem existir sem que se verifique a propriedade legal do recurso**. Por exemplo, os direitos ao potencial de serviços ou à capacidade de gerar benefícios econômicos por meio da manutenção e utilização de item patrimonial arrendado são verificados sem que haja a propriedade legal do próprio item arrendado. **Portanto, a propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo. No entanto, a propriedade legal é um indicador de controle.**

Nos termos da Estrutura Conceitual, para avaliar se a entidade controla o recurso no presente, deve ser observada a existência dos seguintes **indicadores de controle**:

- **propriedade legal**;
- **acesso ao recurso** ou a capacidade de negar ou restringir o acesso a esses;
- **meios que assegurem que o recurso seja utilizado para alcançar os seus objetivos**; ou
- a **existência de direito** legítimo ao potencial de serviços ou à capacidade para gerar os benefícios econômicos advindos do recurso.

A Norma destaca que **embora esses indicadores não sejam determinantes conclusivos acerca da existência do controle**, sua identificação e análise podem subsidiar essa decisão.

RESULTADO DE EVENTOS PASSADOS: o ativo é resultado de um evento já ocorrido. A presença desse termo evita a inclusão dos denominados ativos contingentes como ativo da entidade. Imagine um imóvel que a



entidade ainda não adquiriu. Nesse caso, esse recurso ainda não pode ser considerado um ativo, haja vista que ainda não ocorreu a compra do imóvel, mesmo que já esteja aprovado no orçamento.

Nos termos da Estrutura Conceitual, *a definição de ativo exige que o recurso controlado pela entidade no presente tenha surgido de transação ou outro evento passado*. Podem existir diversas transações passadas ou outros eventos que resultem no ganho do controle do recurso pela entidade e, por conseguinte, o caracterize como ativo. As entidades podem obter ativos por intermédio da sua **compra em transação com contraprestação**, bem como pelo seu **desenvolvimento**. Os ativos também podem surgir de **transações sem contraprestação**, inclusive por meio do exercício dos direitos soberanos. O poder de tributar ou emitir licenças, acessar, restringir ou negar acesso aos benefícios oriundos de recursos intangíveis como, por exemplo, o espectro eletromagnético (bandas de frequência de transmissões de telecomunicações), são exemplos dos poderes específicos do setor público e dos direitos que podem dar origem a ativos. Ao se avaliar o surgimento do direito de controle de recursos, os seguintes eventos devem ser considerados: (a) a capacidade geral para exercer o poder; (b) a constituição de poder por meio de lei, estatuto ou instrumento congênere; (c) o exercício do poder de criar um direito; e (d) o evento que dá origem ao direito de receber recursos de terceiros. O ativo surge quando o poder for exercido e os direitos de receber recursos existirem.

Esquematicamente, temos:



Reconhecimento do Ativo

Nos termos do MCASP, um ativo deve ser reconhecido no patrimônio público quando:

- for provável que **benefícios futuros** dele provenientes **fluirão** para a entidade; e
- seu **custo** ou valor puder ser **determinado em bases confiáveis**.

Também são reconhecidos no ativo os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro.

São exemplos destes depósitos as cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais, como os para garantia de recursos.

O reconhecimento dessas entradas compensatórias como ativo também é uma diferença da CASP em relação à Contabilidade Geral. Se ligue, pois se o examinador fizer esse paralelo, o que seria fenomenal, muita gente não vai saber as diferenças entre a CASP e a Contabilidade Geral. É claro que você vai detonar se aparecer exigência nesse sentido.



(Osasco) Pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, um ativo só pode ser reconhecido no balanço patrimonial quando:

- a) for adquirido de outra pessoa jurídica ou física com negócios no país sede da empresa adquirente;
- b) houver a transferência da posse e seu valor seja calculável com o máximo de confiabilidade possível;
- c) houver um documento fiscal relacionado à arrecadação de tributos do Estado;
- d) for provável que gere caixa e seu custo seja mensurável;
- e) a transação envolver duas partes independentes com o mesmo conhecimento sobre a negociação.

Comentários

Nos termos do MCASP, um ativo deve ser reconhecido no patrimônio público quando:

for provável que **benefícios futuros** dele provenientes **fluirão** para a entidade; e
seu **custo** ou valor puder ser **determinado em bases confiáveis**.

Gabarito: D

Ativo Circulante e Não Circulante

Segundo o MCASP, os ativos devem ser classificados como **circulante** quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a. estiverem **disponíveis para realização imediata**; e
- b. tiverem a **expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações** contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

A classificação em ativo circulante ou não circulante leva em consideração o atributo da **conversibilidade**.

Conversibilidade é a qualidade do que pode ser conversível, ou seja, característica de transformação de bens e direitos em moeda.

Assim, por exemplo, o saldo disponível em uma conta bancária possui alta conversibilidade, pois basta ir a um caixa eletrônico e sacar o valor para ele se tornar moeda, não é mesmo?

Agora, veja a diferença de um veículo, por exemplo. Para transformar em moeda você tem que efetuar um negócio que pode demorar dias até se transformar em moeda. Nesse caso, a conversibilidade de um veículo é bem menor do que o saldo em uma conta bancária.



Ativo Financeiro e Permanente (Não Financeiro)

Segundo o MCASP, os conceitos de ativos financeiros e permanentes guardam relação com aspectos legais definidos na Lei n. 4.320/64. Veja que são conceitos diferentes do que prescrevem as normas contábeis.

Nos termos do art. 105 da Lei n. 4.320/64,

§1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo

Segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual,

PASSIVO é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deve resultar na saída de recursos da entidade.

Assim como no ativo, a definição pode ser dividida em três elementos fundamentais: é uma **obrigação presente da entidade, resulta de eventos passados e a extinção deve resultar na saída de recursos da entidade**. Portanto, algo só pode ser considerado passivo quando cumprir as três condições em conjunto. Sendo assim, passemos à análise de cada um dos elementos que compõem a definição de passivo.

OBRIGAÇÃO PRESENTE: obrigação presente é uma **obrigação que ocorre por força de lei** (obrigação legal ou obrigação legalmente vinculada) **ou uma obrigação que não ocorre por força de lei** (obrigação não legalmente vinculada), **as quais não possam ser evitadas pela entidade**.

Imagine a situação de um passivo em que a entidade já quitou a dívida. Nesse caso, isso não pode contar no balanço como um passivo, haja vista que não representa uma obrigação atual.

O MCASP destaca que uma obrigação é um dever ou responsabilidade de agir ou fazer de uma certa maneira. As obrigações podem ser legalmente exigíveis em consequência de um contrato ou de requisitos estatutários. Esse é normalmente o caso, por exemplo, das contas a pagar por mercadorias e serviços recebidos.

RESULTADO DE EVENTOS PASSADOS: Imagine a seguinte hipótese. Uma empresa necessitando de recursos vai até uma instituição financeira para obter um empréstimo. Para tanto, efetua seu cadastro, preenche os formulários necessários e tem seu cadastro aprovado. Apesar de todos os trâmites terem sido cumpridos, além do desejo de os administradores captarem o empréstimo, esse ainda não foi assinado, inexistindo um evento passado, no caso a assinatura do contrato. Assim, nessa situação, não podemos classificar esse fato como passivo.

Segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual,

Para satisfazer a definição de passivo, é necessário que a obrigação presente surja como resultado de transação ou de outro evento passado e necessite da saída de recursos da entidade para ser extinta. A complexidade inerente ao setor público faz com que eventos diversos referentes ao desenvolvimento, implantação e execução de determinado programa ou atividade possam gerar obrigações. Para fins de elaboração e divulgação da informação contábil, é necessário determinar se tais compromissos e obrigações, inclusive aqueles que não possam ser evitados pela entidade, mas que não ocorrem por força de lei (obrigações não legalmente vinculadas), são obrigações presentes e satisfazem a definição de passivo. Quando



a transação tem forma jurídica e é vinculada, tal como um contrato, o evento passado pode ser identificado de forma inequívoca. Em outros casos, pode ser mais difícil identificar o evento passado e é necessário fazer uma avaliação de quando a entidade tem pouca ou nenhuma alternativa realista de evitar a saída de recursos. Ao se fazer tal avaliação, fatores jurisdicionais devem ser levados em consideração pela entidade.

EXTINÇÃO DEVE RESULTAR NA SAÍDA DE RECURSOS DA ENTIDADE: nos termos da Estrutura Conceitual, **um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto**. Nesse sentido, a Norma destaca que **a obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo**.

Para os fins da Estrutura Conceitual, os termos “liquidado” ou “liquidação” não se confundem com os termos correspondentes utilizados na execução orçamentária, conforme legislação brasileira sobre orçamento.

O passivo pressupõe não ser possível evitar a obrigação. Destaca-se que o pagamento da obrigação pode ser realizado de diversas formas, por exemplo, pagamento em dinheiro, transferência de outros ativos, prestação de serviços, substituição de uma obrigação por outra, entre outras.

Esquematicamente, temos:



(DPU) Deve-se reconhecer um passivo caso haja uma obrigação futura da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação resultará na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Comentários

Uma das características que estudamos no conceito de passivo é que ele deve ser uma **obrigação presente** (e não futura conforme afirma o item).

Gabarito: Errado



Reconhecimento do Passivo

Segundo o MCASP, um passivo deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial quando:

- for **provável** que uma **saída de recursos envolvendo benefícios econômicos** seja exigida em liquidação de uma obrigação presente; e
- o **valor** pelo qual essa liquidação se dará possa ser **determinado em bases confiáveis**.

Também são reconhecidos no passivo, pois se caracterizam como obrigações para com terceiros, os **depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro**. São exemplos destes depósitos as cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais, como os para garantia de recursos.

Assim como destacamos no estudo do ativo, esse reconhecimento das entradas compensatórias é uma diferença existente entre a Contabilidade Pública e a Contabilidade Geral.

O MCASP destaca que, do ponto de vista patrimonial, as obrigações em que o fato gerador não tenha ocorrido (por exemplo, obrigações decorrentes de pedidos de compra de produtos e mercadorias, mas ainda não recebidos) não são geralmente reconhecidas como passivos nas demonstrações contábeis.

Passivo Circulante e Passivo não Circulante

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando:

- corresponderem a **valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis**;
- sejam **pagos durante o ciclo operacional** normal da entidade;
- sejam **mantidos** essencialmente para fins de **negociação**;
- corresponderem a **valores de terceiros ou retenções** em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, **independentemente do prazo de exigibilidade**.

Esse último requisito está relacionado aos depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro.

O ciclo operacional de uma entidade pública envolve desde o ingresso das receitas até os desembolsos relacionados com a ação pública. Em regra, envolve o período de um ano, afinal o orçamento é anual, não é mesmo?

Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

Destaca-se que a classificação em passivo circulante ou não circulante leva em consideração o atributo da **exigibilidade**.

Exigibilidade é a qualidade do que é exigível, ou seja, característica inerente às obrigações pelo **prazo de vencimento**.

Logo, uma conta a pagar com vencimento daqui a dois meses possui maior exigibilidade do que uma conta que vence daqui a 6 meses.

Passivo Financeiro e Passivo Permanente

Segundo o MCASP, a exemplo da conceituação de ativos financeiros e permanentes os conceitos de ativos financeiros e permanentes guardam relação com aspectos legais definidos na Lei n. 4.320/64. Veja que são conceitos diferentes do que prescrevem as normas contábeis.



Nos termos do art. 105 da Lei n. 4.320/64,

§3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.

§4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Situação Patrimonial Líquida (Patrimônio Líquido)

SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos* e a dedução de outras obrigações*, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante residual positivo ou negativo.

*** Outros Recursos e Outras Obrigações:** segundo a NBC TSP – Estrutura Conceitual, em alguns casos, ao se desenvolver ou revisar uma NBC TSP, pode-se determinar que, para alcançar os objetivos da informação contábil, o recurso ou a obrigação que não satisfaça a definição de elemento definido na Estrutura Conceitual precise ser reconhecido nas demonstrações contábeis. Nesses casos, as NBCs TSP podem exigir ou permitir que esses recursos ou obrigações sejam reconhecidos como **outros recursos ou outras obrigações**, os quais **são itens adicionais aos seis elementos definidos na Estrutura Conceitual**.

Perceba que essa definição mostra o patrimônio líquido em função de definições prévias estudadas anteriormente, de ativo e passivo. Sendo assim, podemos afirmar que se trata de uma **definição residual**.

Quando o valor do passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado **passivo a descoberto**.

Para fechar as três definições dos elementos patrimoniais, vale destacar mais um aspecto importante...

Segundo o MCASP, os **conceitos** de ativo e passivo identificam os seus aspectos essenciais, mas **não especificam os critérios para seu reconhecimento**. Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua **essência e realidade econômica e não apenas sua forma legal**.

Isso significa que não importa a forma legal, ou seja, o aspecto jurídico, mas sim a essência econômica. Assim, por exemplo, se a Lei determina que a depreciação de um veículo deve ser de 20% ao ano, mas a empresa usa pouco esse veículo no caso concreto, ela poderá, tendo em vista a essência econômica, determinar outra taxa de depreciação... 10 %, por exemplo. O que vale é a essência econômica, tendo em vista que a informação contábil deve ser a mais próxima da realidade possível.



ESSÊNCIA X FORMA

Para que a informação represente de forma adequada suas operações, transações e eventos, é necessário que tais fatos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal.



Um exemplo clássico citado pela doutrina, até por ser uma situação recorrente nas entidades em geral, é a realização de **contratos de leasing (arrendamento mercantil)** em que a verdadeira operação é um contrato de compra e venda. Como regra, temos que os bens registrados contabilmente na entidade são aqueles sob propriedade dessa entidade. Porém, no caso do *leasing* temos uma situação em que mesmo o ativo não sendo de propriedade da empresa, é ativado pelo arrendatário e os valores mensais são reconhecidos como um financiamento normal. Tal fato se dá porque é muito alta a probabilidade de a empresa adquirir o bem ao final do contrato. Sendo assim, esse **registro de reconhecimento do ativo pelo arrendatário considera a essência sobre a forma**.

Perceba que a adoção da essência sobre a forma visa fornecer informações mais próximas da realidade, de maneira que as demonstrações contábeis indiquem de maneira mais correta possível a verdadeira situação patrimonial e econômica da entidade.



(MPE-PI) A aplicação da orientação de prevalência da essência sobre a forma implica analisar se a natureza administrativa dos eventos a contabilizar está devidamente representada pelo instrumento formal.

Comentários

Conforme estudamos, para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal. Assim, **a aplicação da orientação de prevalência da essência sobre a forma implica analisar a real natureza dos eventos a contabilizar (sua essência) independentemente do instrumento formal adotado.**

Gabarito: Errado



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Segundo o MCASP, as variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado. As variações patrimoniais podem ser classificadas em:

- a. **Quantitativas**: são aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.
- b. **Qualitativas**: são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

Exemplos:

Aquisição de estoques a prazo

Na aquisição de estoques a prazo há uma permuta de um bem (mercadorias) por uma obrigação a pagar (fornecedores).

Aquisição de veículo por meio de financiamento

Na aquisição de veículo por meio de financiamento há uma permuta de um bem (veículo) por uma obrigação a pagar (financiamento).

As variações patrimoniais quantitativas subdividem-se em:

- a. **Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)**: quando aumentam o patrimônio líquido (receita sob o enfoque patrimonial);

Aqui vale lembrar que as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) aumentam o PL, enquanto as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) diminuem o PL. Logo, todas as variações quantitativas envolvem o reconhecimento de uma VPA ou VPD.

Exemplo:

Lançamento de IPTU

No lançamento do IPTU (fato gerador da VPA) há o reconhecimento de uma VPA e, em contrapartida, o reconhecimento de um direito (Tributos a receber).

- b. **Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)**: quando diminuem o patrimônio líquido (despesa sob o enfoque patrimonial).

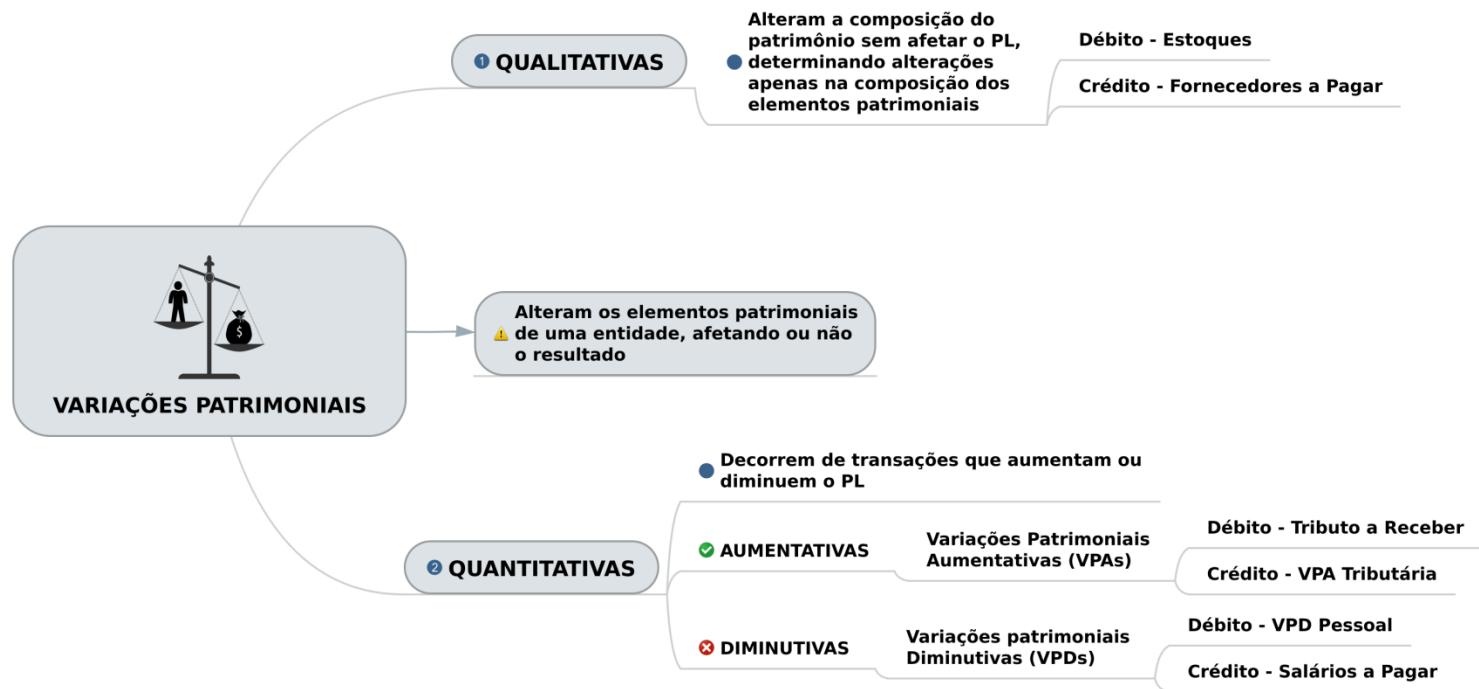
Exemplo:

Apropriação da folha de pagamento

Na apropriação da folha de pagamento há o reconhecimento de uma VPD (VPD Pessoal) e, em contrapartida, o reconhecimento de uma obrigação (salários a pagar).



Esquematicamente, temos:



O MCASP destaca que existem variações que, simultaneamente, alteram a composição qualitativa e a expressão quantitativa dos elementos patrimoniais e são conhecidas como variações mistas ou compostas.

Classificação das Variações Patrimoniais

As variações patrimoniais podem ser classificadas quanto à dependência orçamentária da seguinte forma:

VPA resultante da execução orçamentária: são receitas orçamentárias efetivas arrecadadas, de propriedade do ente, **que resultam em aumento do patrimônio líquido**.

Exemplo: Receita (VPA) de tributos.

VPA independente da execução orçamentária: são fatos que resultam em **aumento do patrimônio líquido**, que ocorrem **independentemente da execução orçamentária**.

Exemplo: incorporação de bens (doação recebida).

VPD resultante da execução orçamentária: são **despesas orçamentárias efetivas**, de propriedade do ente, **que resultam em diminuição do patrimônio líquido**.

Exemplo: despesa com serviço de terceiros.

VPD independente da execução orçamentária: são fatos que resultam em **diminuição do patrimônio líquido**, que ocorrem **independentemente da execução orçamentária**.

Exemplo: depreciação

Reconhecimento das Variações Patrimoniais

Considera-se realizada a **variação patrimonial aumentativa (VPA)**:

- a. nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados;
- b. quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;
- c. pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;
- d. no recebimento efetivo de doações e subvenções.

Considera-se realizada a **variação patrimonial diminutiva (VPD)**:

- a. quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;
- b. diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;
- c. pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

Segundo o MCASP, o reconhecimento da variação patrimonial pode ocorrer em três momentos: para a variação patrimonial aumentativa, antes, depois ou no momento da arrecadação da receita orçamentária e para a variação patrimonial diminutiva, antes, depois ou no momento da liquidação da despesa orçamentária.

Vamos estudar os exemplos expostos pelo MCASP:

Exemplo 1 - Reconhecimento da VPA antes da ocorrência da arrecadação da receita orçamentária

Considere que o fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) ocorre no dia 1º de janeiro de cada ano. Nesse caso, **o reconhecimento do direito e da VPA deve ser feito no momento do fato gerador e não no momento da arrecadação**, que ocorrerá futuramente.

Os lançamentos contábeis são os seguintes:

No momento do fato gerador (1º de janeiro)

Variação patrimonial quantitativa

D – Créditos Tributários a Receber
C – Impostos sobre o Patrimônio e Renda

No momento da arrecadação

Variação patrimonial qualitativa

D – Caixa
C – Créditos Tributários a Receber

Observe que no momento da arrecadação há troca de um direito por caixa, constituindo uma variação patrimonial qualitativa.



Exemplo 2 - Reconhecimento da VPA após a ocorrência da arrecadação da receita orçamentária

Considere o recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de serviços. Nesse caso, a receita orçamentária é registrada antes da ocorrência do fato gerador, ou seja, a VPA ocorre em momento posterior à arrecadação da receita orçamentária. Há troca de um direito (entrada antecipada dos valores) por uma obrigação de prestar o serviço, constituindo uma variação patrimonial qualitativa.

Variação patrimonial qualitativa

D – Caixa
C – Variação Patrimonial Aumentativa Diferida (passivo = receita antecipada)

Quando o serviço for prestado, ocorrerá o fato gerador da variação patrimonial aumentativa, causando impacto no resultado da entidade pública:

Variação patrimonial quantitativa

D – Variação Patrimonial Aumentativa Diferida
C – Valor bruto de exploração de bens e direitos e prestação de serviços (VPA)

Exemplo 3 - Reconhecimento da VPA junto com a ocorrência da arrecadação da receita orçamentária

Quando ocorrer o recebimento de valores provenientes da venda de serviços concomitantemente com a prestação do serviço, a receita orçamentária é contabilizada junto com a ocorrência do fato gerador:

Variação patrimonial quantitativa

D – Caixa
C – Valor bruto de exploração de bens e direitos e prestação de serviços (VPA)

Exemplo 4 – Reconhecimento da VPD antes da ocorrência da liquidação da despesa orçamentária

O **13º salário**, a ser pago no final do ano, deve ser reconhecido a cada mês trabalhado, ou seja, uma variação patrimonial diminutiva deve ser reconhecida mensalmente, mas o empenho, liquidação e pagamento da despesa orçamentária só acontecerá no mês do pagamento.

Variação patrimonial quantitativa

D – Remuneração a Pessoal Ativo Civil (VPD)
C – Pessoal a Pagar – 13º Salário

Na saída do recurso financeiro, temos o seguinte registro:

Variação Patrimonial qualitativa

D – Pessoal a Pagar – 13º Salário
C – Caixa

Exemplo 5 – Reconhecimento da VPD após a liquidação da despesa orçamentária

Quando há uma concessão de suprimento de fundos, a despesa orçamentária é empenhada, liquida e paga no ato da concessão e **só com a prestação de contas do suprido é que há o efetivo registro da variação patrimonial diminutiva**.



No empenho não há registro de informação patrimonial.

Na liquidação:

D – Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros
C – Suprimento de Fundos a Pagar

Na saída do recurso financeiro:

D – Suprimento de Fundos a Pagar
C – Caixa e Equivalentes de Caixa

Na prestação de contas:

Variação patrimonial quantitativa

D – Variação Patrimonial Diminutiva
C – Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros

Exemplo 6 – Reconhecimento da VPD junto com a liquidação da despesa orçamentária

Quando ocorrer liquidação da despesa orçamentária concomitantemente com a prestação do serviço, a despesa orçamentária e o fato gerador da variação patrimonial diminutiva são contabilizados juntos:

Na liquidação e reconhecimento da variação patrimonial diminutiva:

Variação patrimonial quantitativa

D – Variação Patrimonial Diminutiva
C – Demais Obrigações a Curto Prazo

Na saída do recurso financeiro:

D – Demais Obrigações a Curto Prazo
C – Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das VPAs e o valor total das VPDs de um dado período.

Caso o total das VPA sejam superiores ao total das VPD, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

O assunto é detalhado no contexto da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).



QUESTÕES COMENTADAS

1. (FGV/Analista/TRT16/2022) Uma entidade do setor público financiou uma viagem ao exterior de um grupo de pesquisadores que foram avaliar o sistema de irrigação, para desenvolver melhorias no país. Os gastos com a viagem totalizaram R\$30.000. Assinale a opção que indica a contabilização dos gastos com a viagem.

- a) Despesa.
- b) Investimento.
- c) Ativo Intangível.
- d) Ativo Imobilizado.
- e) Ativo Realizável a Longo Prazo.

Comentários

Os gastos com a viagem são reconhecidos como VPD (despesa sob o enfoque patrimonial). Vejamos os demais conceitos presentes nas opções:

Investimento: compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Intangível: compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Imobilizado: compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Realizável a longo prazo: compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Gabarito: A

2. (FGV/Contador/TJ-RO/2021) O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) denominou a receita sob o enfoque patrimonial de variação patrimonial aumentativa (VPA), enfatizando que essa não deve ser confundida com o conceito de receita orçamentária. Dos casos a seguir, o que NÃO dá suporte ao reconhecimento de uma variação patrimonial aumentativa por uma entidade é:

- a) recebimento efetivo de doações e subvenções;
- b) assinatura de contrato de longo prazo para prestação de serviços a terceiros;
- c) geração natural de novos ativos, independentemente da intervenção de terceiros;
- d) transações com terceiros que geram fruição de serviços prestados pela entidade;
- e) extinção de um passivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.

Comentários

Segundo o MCASP,

Considera-se realizada a variação patrimonial aumentativa (VPA):

a. Nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados;



- b. Quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;
- c. Pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;
- d. No recebimento efetivo de doações e subvenções.

Gabarito: B

3. (FGV/Auditor/TCE-AM/2021) Com a convergência aos padrões internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, alguns conceitos mais associados a disposições legais têm se aproximado da Teoria da Contabilidade. O conceito de Ativo, por exemplo, está associado à ideia de controle de um recurso. Considerando o escopo desse conceito, é correto afirmar que:

- a) a capacidade de negar ou restringir o acesso a um recurso não é um indicador de controle;
- b) a propriedade legal do recurso não é um indicador de controle;
- c) a propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo;
- d) o recebimento de fluxos de caixa é uma característica essencial para definir um ativo;
- e) o direcionamento de um recurso para o cumprimento dos objetivos da entidade é uma característica essencial para definir um ativo.

Comentários

Segundo o MCASP e a NBC TSP EC,

Para avaliar se a entidade controla o recurso no presente, deve ser observada a existência dos seguintes indicadores de controle:

- a. Propriedade legal;
- b. Acesso ao recurso ou a capacidade de negar ou restringir o acesso a esses;
- c. Meios que assegurem que o recurso seja utilizado para alcançar os seus objetivos; ou
- d. A existência de direito legítimo ao potencial de serviços ou à capacidade para gerar os benefícios econômicos advindos do recurso.

A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, mas é um indicador de controle.

Gabarito: C

4. (FGV/Contador/TJ-RO/2021) Um dos requisitos definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para reconhecimento de um elemento patrimonial é que ele satisfaça a definição do referido elemento. No caso do reconhecimento de um ativo no âmbito das entidades da administração pública, é correto afirmar que:

- a) deve ser reconhecido apenas após o registro da execução orçamentária;
- b) deve ser reconhecido apenas quando se originar da execução de uma despesa de capital;
- c) pode decorrer de depósitos caracterizados como entradas compensatórias;
- d) não admite incerteza relacionada à existência ou à mensuração do elemento;
- e) não admite recursos decorrentes de transações extraorçamentárias.

Comentários

Segundo o MCASP,

Um ativo deve ser reconhecido quando:

- a. Satisfizer a definição de ativo; e
- b. Puder ser mensurado de maneira que observe as características qualitativas, levando em consideração as restrições sobre a informação contábil.

Também são reconhecidos no ativo os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro. São exemplos destes depósitos as cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais, como os para garantia de recursos.

[...]



O reconhecimento do ativo envolve a avaliação da incerteza relacionada à existência e à mensuração do elemento. As condições que dão origem à incerteza, se existirem, podem mudar. Portanto, é importante que a incerteza seja avaliada em cada data da demonstração contábil.

Observe que o reconhecimento do ativo independe se decorre ou não da execução ou de transação orçamentária.

Gabarito: C

5. (FGV/Técnico/DPE-RJ/2019) A transferência da propriedade de um ativo para terceiros, a redução ou extinção do valor econômico de um ativo e o surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo, são fatos que geram o reconhecimento contábil de um(a):

- a) ajuste de avaliação patrimonial;
- b) despesa orçamentária;
- c) despesa extraorçamentária;
- d) obrigação não exigível;
- e) variação patrimonial diminutiva.

Comentários

Segundo o MCASP, considera-se realizada a variação patrimonial diminutiva (VPD):

- a. Quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;
- b. Diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;
- c. Pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

Gabarito: E

6. (FGV/Analista/CM Salvador/2018) A despesa com o 13º salário dos funcionários da Prefeitura de Montes de Alagoas deve ser reconhecida:

- a) no último mês do ano, representando uma variação patrimonial diminutiva;
- b) a cada mês trabalhado, representando uma variação patrimonial aumentativa;
- c) no penúltimo mês trabalhado, representando uma variação patrimonial aumentativa;
- d) a cada mês trabalhado, representando uma variação patrimonial diminutiva;
- e) no penúltimo mês do ano, representando uma variação patrimonial diminutiva.

Comentários

Segundo o MCASP, o 13º salário a ser pago no final do ano **deve ser reconhecido a cada mês trabalhado**, ou seja, uma variação patrimonial diminutiva deve ser reconhecida mensalmente, mas o empenho, liquidação e pagamento da despesa orçamentária só acontecerá no mês do pagamento. Trata-se de um exemplo em que há ocorrência da VPD antes da liquidação da despesa.

Gabarito: D

7. (FGV/Auditor/CGM-Niterói/2018) Entre as demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está a Demonstração das Variações Patrimoniais. As Variações Patrimoniais podem ser classificadas como

- a) qualitativas e quantitativas.
- b) diretas e indiretas.
- c) monetárias e não monetárias.
- d) correntes e de capital.



e) orçamentárias e extraorçamentárias.

Comentários

As variações devem ser segregadas em **quantitativas** e **qualitativas**.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

As variações qualitativas, por sua vez, são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

Gabarito: A

Considere os dados do Quadro 02 a seguir, originados do sistema de contabilidade de uma entidade pública, relativos ao último exercício financeiro:

Descrição	Valor
Amortização de empréstimos	110.000,00
Aquisição de veículos	130.000,00
Baixa de ativos por obsolescência	32.000,00
Bens recebidos em doação	25.000,00
Construção de imóveis	690.000,00
Contratação de operações de crédito	250.000,00
Doação de bens inservíveis	18.000,00
Ganhos na alienação de bens	11.000,00
Juros e encargos da dívida	37.000,00
Perdas de ativos por furto	45.000,00
Receitas derivadas	415.000,00
Redução ao valor recuperável de ativos	21.000,00
Transferências recebidas	200.000,00

8. (FGV/Especialista/Ciências Contábeis/2017) A partir dos dados apresentados, as operações que causam redução no patrimônio líquido da entidade totalizam:

- a) 135.000,00; b) 153.000,00; c) 263.000,00; d) 513.000,00; e) 1.180.000,00.

Comentários

Vamos identificar as operações que geram VPD:

Descrição	Valor
Baixa de ativos por obsolescência	32.000,00
Doação de bens inservíveis	18.000,00
Juros e encargos da dívida	37.000,00
Perdas de ativos por furto	45.000,00
Redução ao valor recuperável de ativos	21.000,00
Total	153.000,00

Gabarito: B

9. (FGV/Especialista/Ciências Contábeis/2017) Considerando os dados apresentados no Quadro 02, o total das operações que não têm impacto no patrimônio é:

- a) 1.510.000,00; b) 1.423.000,00; c) 1.187.000,00; d) 1.180.000,00; e) 820.000,00.



Comentários

Vamos identificar as operações que não impactam o PL, ou seja, as variações qualitativas:

Descrição	Valor
Amortização de empréstimos	110.000,00
Aquisição de veículos	130.000,00
Construção de imóveis	690.000,00
Contratação de operações de crédito	250.000,00
Total	1.180.000,00

Gabarito: D

10. (FGV/Analista/IBGE/2016) As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado. Uma entidade deve reconhecer uma variação patrimonial quantitativa quando:

- a) adquire um veículo;
- b) aliena ativos imobilizados;
- c) apropria juros incorridos;
- d) contrata uma apólice de seguro;
- e) contrata uma operação de crédito.

Comentários

Vamos classificar cada uma das operações previstas nas opções.

a. **Errado.**

Aquisição de veículo → trata-se de uma variação patrimonial qualitativa. Na aquisição de veículo há uma entrada de ativo e uma saída de recursos do caixa/banco (se a aquisição for à vista) ou o reconhecimento de uma dívida a pagar (se a aquisição for a prazo). Assim, estamos diante de um fato permutativo, sem alteração no PL.

b. **Errado.**

Alienação de ativos imobilizados → trata-se de uma variação patrimonial qualitativa. Na alienação de ativos imobilizados há uma entrada no caixa/banco e uma diminuição do ativo (baixa do ativo imobilizado). Assim, estamos diante de um fato permutativo, sem alteração no PL.

c. **Certo.**

Apropriação de juros incorridos → trata-se de uma variação patrimonial quantitativa diminutiva. Na apropriação de juros incorridos temos o reconhecimento de uma VPD (juros e encargos de empréstimos e financiamentos obtidos) em contrapartida do reconhecimento de um passivo (juros e encargos de empréstimos e financiamentos a pagar).

d. **Errado.**

Contratação de uma apólice de seguro → trata-se de uma variação patrimonial qualitativa. Na contratação de uma apólice de seguro há uma saída do caixa/banco e o registro de um direito no ativo (Prêmios de Seguros a Apropriar). Assim, estamos diante de um fato permutativo, sem alteração no PL.

e. **Errado.**

Contratação de uma operação de crédito → trata-se de uma variação patrimonial qualitativa. Na contratação de uma operação de crédito há uma saída do caixa/banco e o registro de uma obrigação no passivo (Empréstimos e Financiamentos a pagar). Assim, estamos diante de um fato permutativo, sem alteração no PL.

Gabarito: C



11. (FGV/Analista/IBGE/2016) Dos lançamentos contábeis apresentados a seguir, o que representa uma variação patrimonial qualitativa é:

- a) D: Caixa e Equivalentes de Caixa
C: Créditos Tributários a Receber
- b) D: Consumo de material de escritório
C: Estoques
- c) D: Caixa e Equivalentes de Caixa
C: Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos
- d) D: Remuneração a Pessoal Ativo
C: Pessoal a Pagar
- e) D: Créditos Tributários a Receber
C: Imposto sobre Patrimônio e Renda

Comentários

Essa questão exige conhecimentos da contabilização de operações. Vamos estudar melhor o assunto na aula sobre o Plano de Contas. De qualquer forma, como exige conhecimento das variações patrimoniais vamos analisar aqui cada um dos lançamentos.

a. **Certo.** Nesse lançamento temos um débito no caixa (aumento de ativo) e um crédito de créditos tributários a receber (diminuição de ativo). Trata-se de um fato permutativo, sem impacto no PL, ou seja, é uma variação patrimonial qualitativa. Esse é o lançamento da arrecadação de receitas tributárias.

b. **Errado.** O débito em “Consumo de material de escritório” indica o reconhecimento de uma VPD (fato gerador da despesa é o consumo). Se há VPD “na jogada” já sabemos que estamos diante de uma variação patrimonial quantitativa diminutiva.

c. **Errado.** O crédito em “Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos” indica o reconhecimento de uma VPA. Se há VPA “na jogada” já sabemos que estamos diante de uma variação patrimonial quantitativa aumentativa.

d. **Errado.** O débito em “Remuneração a Pessoal Ativo” indica o reconhecimento de uma VPD (despesa com pessoal). Já o crédito em “Pessoal a Pagar” indica a obrigação de pagamento dessa despesa reconhecida. Se há VPD estamos diante de uma variação patrimonial quantitativa diminutiva.

e. **Errado.** O crédito em “Imposto sobre Patrimônio e Renda” indica o reconhecimento de uma VPA. Já o débito em “Créditos Tributários a Receber” indica o direito de receber o crédito tributário (aumento de ativo). Se há VPA estamos diante de uma variação patrimonial quantitativa aumentativa. Esse registro indica o lançamento do imposto de renda.

Gabarito: A

12. (CESPE/Auditor/TCM-BA/2018) Na demonstração das variações patrimoniais, o provisionamento de precatórios deverá ser registrado como variação

- a) quantitativa aumentativa.
- b) quantitativa diminutiva.
- c) qualitativa aumentativa.
- d) qualitativa diminutiva.
- e) financeira aumentativa.

Comentários

No provisionamento de precatórios efetuamos o seguinte registro:



D – VPD c/ Provisões

C – Precatórios a pagar

Logo, temos o reconhecimento da obrigação a pagar em contrapartida de uma VPD.

Gabarito: B

13. (CESPE/Analista/TRE-PE/2017) Assinale a opção correta acerca da estrutura e composição do patrimônio sob a perspectiva do setor público.

- a) Os passivos decorrem de obrigações futuras derivadas de eventos presentes.
- b) O patrimônio público é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
- c) Os passivos mantidos essencialmente para fins de negociação são classificados como não circulante.
- d) A classificação dos elementos patrimoniais em circulante ou não circulante é feita com base nos atributos de confiabilidade e relevância desses elementos.
- e) Ativos são recursos dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços para a entidade.

Comentários

a. **Errado.** Segundo Estrutura Conceitual do Setor Público,

PASSIVO é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

b. **Errado.** O patrimônio **líquido** é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

c. **Errado.** Os passivos mantidos essencialmente para fins de negociação são classificados como **circulante**.

d. **Errado.** A classificação dos elementos patrimoniais em circulante ou não circulante é feita com base nos atributos de conversibilidade (liquidez) e exigibilidade desses elementos.

e. **Certo.** Segundo a Estrutura Conceitual do Setor Público,

ATIVO é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Nos termos da Estrutura Conceitual, **recurso** é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.

Gabarito: E

14. (CESPE/Analista/TRE-PE/2017) No relacionamento entre os regimes orçamentário e contábil no âmbito da administração pública, as variações patrimoniais

- a) serão evidenciadas somente se resultarem da execução orçamentária.
- b) serão evidenciadas somente se forem independentes da execução orçamentária.
- c) serão evidenciadas, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária.
- d) serão evidenciadas apenas se impactarem negativamente o patrimônio líquido da entidade.
- e) não serão evidenciadas.

Comentários

Essa questão pela lógica você poderia acertar. A Contabilidade Pública deve evidenciar todos os atos e fatos contábeis que impactam ou possam vir a impactar o patrimônio público. Assim, obviamente que todas as variações patrimoniais serão evidenciadas, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária.



Gabarito: C

15. (FCC/Analista/TRT9/2022) Uma variação patrimonial qualitativa ocorre com o

- a) consumo de material de limpeza que estava em estoque.
- b) reconhecimento da depreciação mensal de bens móveis.
- c) recebimento de um depósito em caução.
- d) empenho de despesa corrente com pessoal e encargos sociais.
- e) lançamento do valor principal de receitas de impostos.

Comentários

- a. **Errado.** Trata-se de uma variação patrimonial quantitativa.
- b. **Errado.** Trata-se de uma variação patrimonial quantitativa.
- c. **Certo.** Perfeito! Trata-se de uma variação patrimonial qualitativa, envolvendo contas do ativo e passivo.
- d. **Errado.** Sem impacto no patrimônio.
- e. **Errado.** Trata-se de uma variação patrimonial quantitativa.

Gabarito: C

16. (FCC/Analista/Recife/2019) Em um ente público municipal, uma variação patrimonial qualitativa decorre do

- a) lançamento de uma receita tributária.
- b) pagamento a fornecedor de material de consumo adquirido a prazo.
- c) recebimento, em doação, de equipamentos sem especificações a eles atreladas.
- d) reconhecimento de uma provisão trabalhista.
- e) empenho de despesa com a contratação de serviços de terceiros.

Comentários

- a. **Errado.** Trata-se de uma variação patrimonial quantitativa.
- b. **Certo.** Perfeito! Trata-se de uma variação patrimonial qualitativa, envolvendo contas do ativo e passivo.
- c. **Errado.** Trata-se de uma variação patrimonial quantitativa.
- d. **Errado.** Trata-se de uma variação patrimonial qualitativa.
- e. **Errado.** Sem impacto no patrimônio.

Gabarito: B

17. (FCC/Analista/DPE-AM/2018) Considere os itens, a seguir, do patrimônio de uma entidade pública em 31/12/2016:

- I. Valores pagos a título de prêmio de seguros que deverão ser totalmente apropriados durante o exercício financeiro de 2017.
- II. Obrigações por danos causados a terceiros e que deverão ser totalmente pagas no exercício financeiro de 2018.
- III. Superávits acumulados de exercícios anteriores.

No Balanço Patrimonial de 31/12/2016, os itens I, II e III foram classificados, respectivamente, como Ativo

- a) Circulante, Passivo Circulante e Passivo não Circulante.



- b) não Circulante, Passivo não Circulante e Passivo não Circulante.
- c) Permanente, Passivo Financeiro e Passivo não Circulante.
- d) Circulante, Passivo não Circulante e Patrimônio Líquido.
- e) Financeiro, Passivo Financeiro e Patrimônio Líquido.

Comentários

I. Ativo Circulante. Os valores pagos a título de prêmio de seguros que deverão ser totalmente apropriados durante o exercício financeiro de 2017 representam VPDs (despesas) pagas antecipadamente, ou seja, representam direitos da entidade e classificados no ativo circulante por terem expectativa de realização em até doze meses.

II. Passivo Não Circulante. As obrigações por danos causados a terceiros e que deverão ser totalmente pagas no exercício financeiro de 2018 representam um passivo não circulante, pois possuem exigibilidade superior a 12 meses.

III. Patrimônio Líquido. Os resultados acumulados de exercícios anteriores (superávits ou déficits) são classificados no PL.

Gabarito: D

18. (FCC/Analista/TRT11/2017) Durante o mês de dezembro de 2016, ocorreram as seguintes transações em uma determinada entidade pública:

- Aquisição de material de consumo pelo valor de R\$ 100.000,00.
- Devolução de um depósito caução no valor de R\$ 25.000,00.
- Alienação de um veículo por R\$ 45.000,00, com perda de R\$ 12.000,00.
- Reconhecimento dos juros referentes à dívida consolidada no valor de R\$ 27.000,00.
- Reconhecimento da depreciação do ativo imobilizado no valor de R\$ 68.000,00.
- Utilização de material de consumo no valor de R\$ 85.000,00.
- Aquisição de um veículo no valor de R\$ 43.000,00 em 31/12/2016.

Com base nessas informações, o total das variações patrimoniais quantitativas diminutivas foi, em reais,

- a) 165.000,00. b) 192.000,00. c) 207.000,00. d) 217.000,00. e) 235.000,00.

Comentários

Vamos classificar cada uma das variações apresentadas.

Variação	Classificação
Aquisição de material de consumo	Variação Patrimonial Qualitativa
Devolução de um depósito caução	Variação Patrimonial Qualitativa
Alienação de um veículo, com perda de R\$ 12.000,00.	Variação Patrimonial Quantitativa Diminutiva
Reconhecimento dos juros referentes à dívida consolidada	Variação Patrimonial Quantitativa Diminutiva
Reconhecimento da depreciação do ativo imobilizado	Variação Patrimonial Quantitativa Diminutiva
Utilização de material de consumo	Variação Patrimonial Quantitativa Diminutiva
Aquisição de um veículo	Variação Patrimonial Qualitativa

Somando o valor das Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas, temos:

$$12.000,00 + 27.000,00 + 68.000,00 + 85.000,00 = 192.000,00$$



Gabarito: B

19. (FCC/Analista/TRF5/2017) Uma entidade pública federal adquiriu, em 30/12/2016, um imóvel para ser utilizado para a prestação de serviços para a população, data a partir da qual passou a ter a capacidade de utilizá-lo e restringir o acesso de terceiros ao mesmo. Em 17/01/2017, a propriedade legal do imóvel foi transferida para a entidade pública federal. Contudo, em 20/02/2017, antes de o imóvel estar em condições de uso, constatou-se que o terreno onde ele foi construído estava contaminado e, portanto, o acesso de pessoas ao imóvel foi proibido permanentemente pela justiça, o que gerou para a entidade pública federal impossibilidades quanto ao seu uso para a prestação de serviços, à geração de fluxos de caixa ou à redução de saídas de caixa. Assim, para a entidade pública federal, o imóvel

- a) era um ativo em 20/02/2017, pois teve como origem a aquisição em 30/12/2016.
- b) era um ativo em 20/02/2017, dada a sua capacidade de gerar benefícios econômicos.
- c) não era um ativo em 20/02/2017, em decorrência da falta de controle do recurso.
- d) era um ativo em 20/02/2017, dado o seu potencial de serviços.
- e) não era um ativo em 30/12/2016, em decorrência da falta de propriedade legal do imóvel.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual, a entidade deve ter o controle do recurso. **O controle do recurso envolve a capacidade da entidade em utilizar o recurso (ou controlar terceiros na sua utilização) de modo que haja a geração do potencial de serviços ou dos benefícios econômicos originados do recurso para o cumprimento dos seus objetivos de prestação de serviços, entre outros.**

Nos termos da Estrutura Conceitual, para avaliar se a entidade controla o recurso no presente, deve ser observada a existência dos seguintes **indicadores de controle**:

- **propriedade legal;**
- **acesso ao recurso ou a capacidade de negar ou restringir o acesso a esses;**
- **meios que assegurem que o recurso seja utilizado para alcançar os seus objetivos;** ou
- **a existência de direito** legítimo ao potencial de serviços ou à capacidade para gerar os benefícios econômicos advindos do recurso.

Logo, no caso em tela, como em 20/02/2017 a entidade não tinha acesso ao recurso e nem capacidade de negar ou restringir o acesso a ele, o recurso não era controlado pela entidade e, portanto, não atende à definição de ativo.

Gabarito: C

20. (FCC/Analista/TRT 24/2017) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, o Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. Para ser considerado um recurso, um item de um Tribunal Regional do Trabalho deve, necessariamente,

- a) gerar benefícios econômicos diretamente do próprio recurso e não do seu direito de uso.
- b) gerar entradas líquidas de caixa.
- c) ser de propriedade legal da entidade.
- d) ter a possibilidade de trocar o recurso por outro ativo.
- e) ter potencial de serviços ou capacidade de gerar benefícios econômicos.

Comentários

Nos termos da Estrutura Conceitual, **recurso** é um item com **potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.**



O potencial de serviços ou a capacidade de gerar benefícios econômicos podem surgir **diretamente do próprio recurso ou dos direitos de sua utilização**. Alguns recursos incluem os direitos da entidade a uma série de benefícios, inclusive, por exemplo, o direito a:

- a) utilizar o recurso para a prestação de serviços (inclusive bens);
- b) utilizar os recursos de terceiros para prestar serviços como, por exemplo, arrendamento mercantil;
- c) converter o recurso em caixa por meio da sua alienação;
- d) beneficiar-se da valorização do recurso; ou
- e) receber fluxos de caixa.

Gabarito: E

21. (FCC/Técnico/TRT3/2015) Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a classificação do patrimônio público, sob o enfoque contábil, está estruturado nos seguintes grupos:

- a) ativos, passivos e patrimônio líquido.
- b) bens móveis, imóveis e obrigações a pagar.
- c) ativos, passivos e demonstração das variações patrimoniais.
- d) subsistemas orçamentário, financeiro e patrimonial.
- e) ativos e passivos não circulantes e saldo patrimonial.

Comentários

Conforme estudamos, o patrimônio público é estruturado em três grupos:

Ativo: é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Passivo: é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Patrimônio Líquido: é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Gabarito: A

22. (FCC/Técnico/TRT3/2015) Um Hospital Público Estadual adquiriu à vista, no mês de maio de 2015, duas ambulâncias pelo valor de R\$ 170.000,00. Sob o aspecto patrimonial, a referida transação refere-se a uma

- a) variação patrimonial quantitativa.
- b) despesa de capital.
- c) inversão financeira.
- d) variação patrimonial qualitativa.
- e) variação patrimonial modificativa.

Comentários

Variações patrimoniais qualitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

Os exemplos clássicos de variações patrimoniais qualitativas citadas pelo MCASP são a **aquisição de veículos** e a **contratação de operações de crédito**.

Gabarito: D



23. (FCC/Analista/TCE-CE/2015) A autarquia hospitalar estadual Dr. Menezes de Cabral alienou dois veículos pelo valor total de R\$ 65.500,00, incluídos ganhos com alienação no valor de R\$ 4.500,00. Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC T, nesta transação, sob o aspecto patrimonial, ocorreu uma

- a) receita patrimonial e variação patrimonial quantitativa no valor de R\$ 61.000,00 e R\$ 4.500,00, respectivamente.
- b) variação patrimonial quantitativa no valor de R\$ 65.500,00.
- c) receita de capital e variação patrimonial qualitativa no valor de R\$ 61.500,00 e R\$ 4.500,00, respectivamente.
- d) diminuição do ativo no valor de R\$ 65.500,00.
- e) variação patrimonial qualitativa e quantitativa no valor de R\$ 61.000,00 e R\$ 4.500,00, respectivamente.

Comentários

Na alienação dos veículos há uma variação qualitativa, pois temos a baixa dos veículos e, em contrapartida, há a entrada do valor no caixa. Além disso, como houve ganho na alienação, há configuração de uma variação quantitativa.

Gabarito: E

24. (FCC/Analista/TCE-CE/2015) Uma variação patrimonial

- a) qualitativa altera o valor total do ativo e do patrimônio líquido concomitantemente pelo mesmo valor.
- b) quantitativa diminutiva reduz o ativo e têm como contrapartida a redução do passivo pelo mesmo valor.
- c) quantitativa aumentativa aumenta o ativo e têm como contrapartida a redução do passivo pelo mesmo valor.
- d) qualitativa pode aumentar um ativo e ter como contrapartida a redução de outro ativo pelo mesmo valor.
- e) quantitativa pode aumentar um ativo e um passivo concomitantemente pelo mesmo valor.

Comentários

- a. **Errado.** As variações qualitativas não afetam o patrimônio líquido.
- b. **Errado.** O item refere-se a uma variação qualitativa.
- c. **Errado.** O item refere-se a uma variação qualitativa.
- d. **Certo.** Perfeito! Exemplo seria a aquisição de um veículo à vista em que há a redução de um ativo (caixa) e o aumento de um ativo (veículo).
- e. **Errado.** O item refere-se a uma variação qualitativa.

Gabarito: D

25. (FCC/Auditor Substituto/TCE-RO/2010) Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Volume II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, as variações no patrimônio da entidade podem ser classificadas em quantitativas ou qualitativas. Uma variação qualitativa decorre

- a) da realização de operações de crédito.
- b) do recebimento de bens em doação.
- c) do consumo de material de expediente.
- d) da liquidação da despesa com pessoal.
- e) da ocorrência do fato gerador do Imposto Predial e Territorial Urbano.

Comentários



a. **Certa.** Trata-se de uma transação em que há alteração da composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. Em uma operação de crédito temos uma entrada de caixa, advinda do empréstimo, em contrapartida a um registro de uma obrigação de devolução do empréstimo.

b. **Errada.** Trata-se de uma transação em que há aumento do patrimônio líquido, pois há entrada do bem no ativo sem existência de contrapartida de uma obrigação. Sendo assim, temos uma variação quantitativa aumentativa.

c. **Errada.** Aqui temos uma variação quantitativa diminutiva.

d. **Errada.** Mais um caso de variação quantitativa diminutiva.

e. **Errada.** Trata-se de uma variação quantitativa aumentativa.

Gabarito: A

26. (FCC/Analista/TCE-AP/2012) Conforme artigos 100 e 104 da Lei no 4.320/64 em sintonia com a Resolução CFC no 1.131/08 e norma contábil NBC T 16.4, a compra de bens à vista por uma entidade pública representará uma variação patrimonial

- a) quantitativa aumentativa financeira.
- b) quantitativa diminutiva financeira.
- c) qualitativa.
- d) extraorçamentária ativa.
- e) extraorçamentária passiva.

Comentários

De acordo com o comando da questão, temos que classificar a seguinte operação:

“(...) compra de bens à vista por uma entidade pública (...)”

Tal fato representa uma **variação patrimonial qualitativa**, pois há uma troca (permuta) do recurso financeiro (disponível) pelo bem adquirido, não alterando o patrimônio líquido, pois o fato é permutativo. Logo, a única opção que atende o comando da questão é a “C”. Observe que as demais opções tratam de variações quantitativas.

Gabarito: C

27. (FCC/Analista/TRT11/2017) Durante o mês de dezembro de 2016, ocorreram as seguintes transações em uma determinada entidade pública:

- Aquisição de material de consumo pelo valor de R\$ 100.000,00.
- Devolução de um depósito caução no valor de R\$ 25.000,00.
- Alienação de um veículo por R\$ 45.000,00, com perda de R\$ 12.000,00.
- Reconhecimento dos juros referentes à dívida consolidada no valor de R\$ 27.000,00.
- Reconhecimento da depreciação do ativo imobilizado no valor de R\$ 68.000,00.
- Utilização de material de consumo no valor de R\$ 85.000,00.
- Aquisição de um veículo no valor de R\$ 43.000,00 em 31/12/2016.

Com base nessas informações, o total das variações patrimoniais quantitativas diminutivas foi, em reais,

- a) 192.000,00. b) 207.000,00. c) 217.000,00. d) 235.000,00. e) 165.000,00.

Comentários

Vamos classificar cada uma das variações descritas na questão.



Aquisição de material de consumo pelo valor de R\$ 100.000,00.

Trata-se de uma variação qualitativa.

Devolução de um depósito caução no valor de R\$ 25.000,00.

Trata-se de uma variação qualitativa.

Alienação de um veículo por R\$ 45.000,00, com perda de R\$ 12.000,00.

Na alienação de bens com perda devemos reconhecer uma **variação patrimonial diminutiva** pelo valor da perda (**12.000,00**, nesse caso).

Reconhecimento dos juros referentes à dívida consolidada no valor de R\$ 27.000,00.

No reconhecimento dos juros devemos reconhecer uma **variação patrimonial diminutiva (27.000,00)**

Reconhecimento da depreciação do ativo immobilizado no valor de R\$ 68.000,00.

O reconhecimento da depreciação origina o registro de uma **variação patrimonial diminutiva (68.000,00)**

Utilização de material de consumo no valor de R\$ 85.000,00.

A utilização do material de consumo representa o fato gerador de uma **variação patrimonial diminutiva (85.000,00)**

Aquisição de um veículo no valor de R\$ 43.000,00 em 31/12/2016.

A aquisição de um veículo origina uma variação qualitativa.

Logo, o total das VPDs é de: $12.000,00 + 27.000,00 + 68.000,00 + 85.000,00 = 192.000,00$.

Gabarito: A

A repartição competente de um determinado Estado verificou, em 17 de janeiro de 2017, a procedência de crédito fiscal previsto em lei referente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e a pessoa que lhe era devedora, e inscreveu o débito desta. Em 15 de fevereiro de 2017, o contribuinte pagou o IPVA em uma instituição financeira autorizada pelo ente e, em 22 de fevereiro de 2017, o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual.

28. (VUNESP/Concurso Promoção/APOFP/SP/2017) De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o resultado patrimonial do Estado foi alterado em

- a) 17 de janeiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial aumentativa.
- b) 17 de janeiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.
- c) 15 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial aumentativa.
- d) 15 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.
- e) 22 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.

Comentários

Por ocasião do lançamento há a ocorrência do fato gerador da VPA e, portanto, devemos reconhecê-la, impactando positivamente o resultado patrimonial. Vamos estudar melhor os impactos das variações patrimoniais no resultado patrimonial na aula sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

Gabarito: A

29. (VUNESP/Analista/TJ-PA/2014) Os ativos que forem adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações, serão considerados

- a) Receitas.



- b) Bens móveis e imóveis.
- c) Patrimônio Público.
- d) Ativos à disposição do paço público.
- e) Estoques.

Comentários

Trata-se da definição de patrimônio público que estudamos:

Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Gabarito: C

30. (ESAF/Analista/STN/2013) Em um hospital público, entidade autárquica, o aumento do ativo imobilizado por reavaliação, o uso de medicamentos na prestação de serviços e a contratação de uma operação de crédito de longo prazo são considerados, respectivamente, variação patrimonial

- a) aumentativa, qualitativa e diminutiva.
- b) qualitativa, diminutiva e qualitativa.
- c) qualitativa, quantitativa e qualitativa.
- d) quantitativa, quantitativa e qualitativa.
- e) quantitativa, permutativa e quantitativa.

Comentários

Vamos classificar cada operação:

Operação 1: aumento do ativo imobilizado por reavaliação = **Variação patrimonial quantitativa aumentativa**.

Quando reavaliarmos um bem, haverá ou um aumento desse bem ou uma diminuição. Essa diferença entre o valor contábil anterior e o novo valor após a reavaliação é reconhecido como VPA (no caso de aumento) ou VPD (no caso de diminuição). Assim, há configuração de uma variação patrimonial quantitativa. No caso da operação, houve um aumento, logo devemos reconhecer uma receita e, portanto, estamos diante de uma variação quantitativa aumentativa.

Operação 2: Uso de medicamentos na prestação de serviços = **Variação patrimonial quantitativa diminutiva**.

Quando a entidade usa um medicamento, deve reconhecer uma VPD, tendo em vista a ocorrência do fato gerador (consumo). Nesse caso, temos uma variação quantitativa diminutiva, pois há um impacto negativo no PL.

Operação 3: Contratação de uma operação de crédito de longo prazo = **Variação patrimonial qualitativa**.

Na contratação de operação de crédito, há um aumento de ativo, entrada no caixa, e um aumento do passivo (obrigação a pagar). Logo, não há impacto no PL e, portanto, estamos diante de um fato permutativo originando uma variação patrimonial qualitativa.

Portanto, o gabarito da questão está na opção "D".

Gabarito: D



31. (ESAF/Analista/DNIT/2013) Assinale a opção em que as transações realizadas pelo ente público provocam, respectivamente, variação patrimonial qualitativa e quantitativa do patrimônio, decorrentes da execução orçamentária.

- a) Permuta de bens entre unidades gestoras e baixa de material considerado inservível.
- b) Venda de equipamentos de uso permanente e pagamento de despesa com pessoal.
- c) Pagamento de prestador de serviços e recebimento de bens por doação.
- d) Transferência de recursos mediante convênios e aquisição de material de consumo para estoque no almoxarifado.
- e) Requisição de material de consumo no almoxarifado e emissão de nota de empenho.

Comentários

Vamos analisar as assertivas.

- a) Permuta de bens entre unidades gestoras = qualitativa extraorçamentária
e baixa de material considerado inservível = quantitativa extraorçamentária

Errada.

- b) Venda de equipamentos de uso permanente = qualitativa orçamentária
e pagamento de despesa com pessoal = quantitativa orçamentária

Certa.

- c) Pagamento de prestador de serviços = quantitativa orçamentária
e recebimento de bens por doação = quantitativa extraorçamentária

Errada.

- d) Transferência de recursos mediante convênios = quantitativa orçamentária
e aquisição de material de consumo para estoque no almoxarifado = qualitativa orçamentária

Errada.

- e) Requisição de material de consumo no almoxarifado = quantitativa extraorçamentária
e emissão de nota de empenho = trata-se apenas de um ato orçamentário

Errada.

Gabarito: B

32. (ESAF/Contador/MTUR/2014) As alterações do patrimônio de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas evidenciam:

- a) a saída ou a entrada de recursos no caixa da entidade.
- b) o aumento ou a diminuição da riqueza durante o período.
- c) aumento ou a diminuição do fluxo de investimentos no período.
- d) redução ou aumento no fluxo de caixa da entidade.
- e) aumento ou diminuição nas atividades fim da entidade.

Comentários

As alterações quantitativas do patrimônio de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas evidenciam o aumento ou a diminuição da riqueza durante o período, ou seja, o aumento ou diminuição da situação líquida ou do patrimônio líquido.



A questão deveria ter sido mais específica e indicar que tipo de alterações patrimoniais se refere. Implicitamente pelo gabarito podemos perceber que ela se refere às alterações quantitativas. Vale lembrar que as alterações qualitativas (variações qualitativas) não alteram o patrimônio, pois decorrem de fatos permutativos, sem afetar o PL.

Gabarito: B

33. (ESAF/Contador/MTUR/2014) Tendo em vista que as variações patrimoniais da entidade pública são classificadas em qualitativas e quantitativas, assinale a opção que indica a ocorrência de variações qualitativa e quantitativa, respectivamente.

- a) Recebimento de bens por doação, pagamento de despesa com pessoal ativo.
- b) Recebimento de tributo lançado, baixa de equipamento obsoleto.
- c) Amortização de empréstimo, recebimento antecipado proveniente de venda a termo.
- d) Provisionamento para pagamento de 13º salário, amortização da dívida mobiliária.
- e) Prestação de contas de suprimento de fundos, transferência de recursos a ente de outra esfera de governo.

Comentários

Vamos classificar todas as operações presentes nas opções.

- a. **Errado.** Recebimento de bens por doação: Variação quantitativa aumentativa;
Pagamento de despesa com pessoal ativo: Variação quantitativa diminutiva.
- b. **Certo.** Recebimento de tributo lançado: Variação Qualitativa
Baixa de equipamento obsoleto: Variação Quantitativa Diminutiva
- c. **Errado.** Amortização de empréstimo: Variação Qualitativa
Recebimento antecipado proveniente de venda a termo: Variação Qualitativa
- d. **Errado.** Provisionamento para pagamento de 13º salário: Variação Quantitativa Diminutiva
Amortização da dívida mobiliária: Variação Qualitativa
- e. **Errado.** Prestação de contas de suprimento de fundos: Variação Quantitativa Diminutiva
Transferência de recursos a ente de outra esfera de governo: Variação Quantitativa Diminutiva

Gabarito: B

34. (FBC/Exame CFC/2015.1) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, analise as variações patrimoniais apresentadas nos itens abaixo, ocorridas nos registros contábeis de uma prefeitura, em relação ao Patrimônio Líquido e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- A. Lançamento de IPTU, na data da ocorrência do fato gerador.
- B. Aquisição de veículo a prazo.
- C. Contratação de operação de crédito.
- D. Reconhecimento, em Regime de Competência mensal, do 13º salário a ser pago no final do ano.

Classificam-se como Variações Patrimoniais Qualitativas aquelas descritas nos itens:

- a) C e D.
- b) B e C.
- c) A e D.
- d) A e B.

Comentários

Vamos analisar cada um dos fatos:

- A. *Lançamento de IPTU, na data da ocorrência do fato gerador.*



Trata-se de uma variação patrimonial quantitativa aumentativa.

D – Créditos Tributários a Receber (P)

C – VPA – Impostos

B. Aquisição de veículo a prazo.

Trata-se de uma variação patrimonial qualitativa.

D – Veículos

C – Financiamentos a pagar

C. Contratação de operação de crédito.

Trata-se de uma variação patrimonial qualitativa.

D – Caixa

C – Operações de crédito a pagar

D. Reconhecimento, em Regime de Competência mensal, do 13º salário a ser pago no final do ano.

Trata-se de uma variação patrimonial quantitativa diminutiva.

D – Remuneração a Pessoal (VPD)

C – Pessoal a Pagar – 13º Salário (P)

Gabarito: B

35. (FUNRIO/Analista/Ciências Contábeis/2013) Na Contabilidade Pública, os juros e encargos de empréstimos e financiamentos concedidos representam uma variação patrimonial

- a) qualitativa aumentativa.
- b) modificativa diminutiva.
- c) permutativa.
- d) qualitativa diminutiva.
- e) quantitativa aumentativa.

Comentários

Os Juros e encargos de empréstimos e financiamentos concedidos são Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA). Vale destacar que os Juros e encargos de empréstimos e financiamentos obtidos são Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

Gabarito: E

36. (CONSULPLAN/Analista/TRF2/2017) Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, “as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado. Essas variações patrimoniais podem ser definidas como Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA): corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários; Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD): corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários”. Considera-se realizada a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA): I. Nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo,



quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados;

II. Quando da extinção, exclusivamente total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

III. Pela extinção natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

Sobre a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) estão INCORRETAS as afirmativas:

- a) I, II e III. b) I e II, apenas. c) I e III, apenas. d) II e III, apenas.

Comentários

Segundo o MCASP, considera-se realizada a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA):

a. Nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados; **(Assertiva I – Correta)**

b. Quando da extinção, **parcial ou total**, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior; **(Assertiva II – Incorreta)**

c. Pela **geração** natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros; **(Assertiva III – Incorreta)**

d. No recebimento efetivo de doações e subvenções.

Gabarito: D

37. (CESGRANRIO/Analista/IBGE/2013) As alterações ocorridas no patrimônio das entidades do setor público, nos termos do Manual de Contabilidade aplicada a tais entidades, consistem em variações quantitativas e qualitativas. Em relação a essas variações no patrimônio, considere as afirmativas abaixo.

I - Variações qualitativas são aquelas em que ocorrem permutações de mesmo valor dos elementos do patrimônio, ou seja, que não alteram o valor do patrimônio líquido.

II - Variações quantitativas são aquelas em que ocorrem transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

III - Variações qualitativas e quantitativas são aquelas em que ocorrem permutações de mesmo valor dos elementos do patrimônio que podem alterar o valor do patrimônio líquido.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas b) II, apenas c) I e II, apenas d) II e III, apenas e) I, II e III

Comentários

Vamos analisar as assertivas.

I – **Certo**. Segundo o MCASP, as variações qualitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

II – **Certo**. Segundo o MCASP, são aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. As variações patrimoniais quantitativas subdividem-se em:

a. Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA): quando aumentam o patrimônio líquido (receita sob o enfoque patrimonial);

b. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD): quando diminuem o patrimônio líquido (despesa sob o enfoque patrimonial).

III – **Errado**. As variações qualitativas não alteram o valor do PL.



Gabarito: C

38. (FUNDATÉC/Auditor do Estado/CAGE-RS/2014) Nas alternativas a seguir, marque aquela que apresenta os itens que NÃO constam do Patrimônio Público:

- a) Praças, pontes e ruas.
- b) Capital intelectual criado internamente pela entidade pública cujos custos são imprecisos.
- c) Investimentos em ações de outras empresas.
- d) Marcas e patentes.
- e) Direitos de exploração de minas.

Comentários

Vamos analisar as opções.

a. **Errado.** As Praças, pontes e ruas são considerados bens de uso comum do povo e constam do patrimônio público. Os bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, ou aqueles eventualmente recebidos em doação, devem ser incluídos no ativo não circulante da entidade responsável pela sua administração ou controle, estejam, ou não, afetos a sua atividade operacional.

b. **Certo.** Pessoal, um dos requisitos para que um ativo seja reconhecido no balanço patrimonial é justamente o custo ser mensurado com confiabilidade. Logo, se os custos são imprecisos, não podemos reconhecer determinado elemento patrimonial no balanço, independentemente do que seja.

c. **Errado.** Os investimentos em ações de outras empresas são ativos classificados no ativo não circulante e, portanto, constam do patrimônio público.

d. **Errado.** Marcas e Patentes são ativos intangíveis e, portanto, constam do patrimônio público.

e. **Errado.** Direitos de exploração de minas são ativos intangíveis e, portanto, constam do patrimônio público.

Gabarito: B

39. (FUNDATÉC/Auditor do Estado/CAGE-RS/2014) São exemplos de variações patrimoniais qualitativas, EXCETO:

- a) Contratações de operações de crédito.
- b) Compra de veículos a prazo.
- c) Incorporação de bens por doação.
- d) Depósitos bancários.
- e) Compra de matéria-prima para a fabricação de produtos.

Comentários

a) **Contratações de operações de crédito:** Trata-se de uma **variação qualitativa**. Há uma entrada no caixa e, em contrapartida, há o reconhecimento da obrigação no passivo. Veja que não há impacto na situação líquida, mas tão somente na composição do patrimônio.

b) **Compra de veículos a prazo:** Trata-se de uma **variação qualitativa**. Há o reconhecimento de um bem no ativo e, em contrapartida, há o reconhecimento da obrigação no passivo. Veja que não há impacto na situação líquida, mas tão somente na composição do patrimônio.

c) **Incorporação de bens por doação:** Trata-se de uma **variação patrimonial quantitativa aumentativa**, ou simplesmente VPA. Quando a entidade recebe um bem em doação há um aumento do patrimônio sem contrapartida no passivo, ao menos que exista restrições, o que não é o nosso caso aqui. Logo, há um impacto positivo na situação líquida da entidade.



d) **Depósitos bancários:** Trata-se de uma **variação qualitativa**. É um mero fato permutativo em que retira-se dinheiro do caixa e deposita-se no banco. Não há impacto no PL.

e) **Compra de matéria-prima para a fabricação de produtos:** Trata-se de uma **variação qualitativa**. Há um aumento de estoques e diminuição de ativo (caixa), se a compra for à vista ou o reconhecimento de uma obrigação, se a compra for a prazo. Não há impacto no PL.

Gabarito: C



LISTA DAS QUESTÕES

1. (FGV/Analista/TRT16/2022) Uma entidade do setor público financiou uma viagem ao exterior de um grupo de pesquisadores que foram avaliar o sistema de irrigação, para desenvolver melhorias no país. Os gastos com a viagem totalizaram R\$30.000. Assinale a opção que indica a contabilização dos gastos com a viagem.

- a) Despesa.
- b) Investimento.
- c) Ativo Intangível.
- d) Ativo Imobilizado.
- e) Ativo Realizável a Longo Prazo.

2. (FGV/Contador/TJ-RO/2021) O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) denominou a receita sob o enfoque patrimonial de variação patrimonial aumentativa (VPA), enfatizando que essa não deve ser confundida com o conceito de receita orçamentária. Dos casos a seguir, o que NÃO dá suporte ao reconhecimento de uma variação patrimonial aumentativa por uma entidade é:

- a) recebimento efetivo de doações e subvenções;
- b) assinatura de contrato de longo prazo para prestação de serviços a terceiros;
- c) geração natural de novos ativos, independentemente da intervenção de terceiros;
- d) transações com terceiros que geram fruição de serviços prestados pela entidade;
- e) extinção de um passivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.

3. (FGV/Auditor/TCE-AM/2021) Com a convergência aos padrões internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, alguns conceitos mais associados a disposições legais têm se aproximado da Teoria da Contabilidade. O conceito de Ativo, por exemplo, está associado à ideia de controle de um recurso. Considerando o escopo desse conceito, é correto afirmar que:

- a) a capacidade de negar ou restringir o acesso a um recurso não é um indicador de controle;
- b) a propriedade legal do recurso não é um indicador de controle;
- c) a propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo;
- d) o recebimento de fluxos de caixa é uma característica essencial para definir um ativo;
- e) o direcionamento de um recurso para o cumprimento dos objetivos da entidade é uma característica essencial para definir um ativo.

4. (FGV/Contador/TJ-RO/2021) Um dos requisitos definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para reconhecimento de um elemento patrimonial é que ele satisfaça a definição do referido elemento. No caso do reconhecimento de um ativo no âmbito das entidades da administração pública, é correto afirmar que:

- a) deve ser reconhecido apenas após o registro da execução orçamentária;
- b) deve ser reconhecido apenas quando se originar da execução de uma despesa de capital;
- c) pode decorrer de depósitos caracterizados como entradas compensatórias;
- d) não admite incerteza relacionada à existência ou à mensuração do elemento;
- e) não admite recursos decorrentes de transações extraorçamentárias.

5. (FGV/Técnico Superior/DPE-RJ/2019) A transferência da propriedade de um ativo para terceiros, a redução ou extinção do valor econômico de um ativo e o surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo, são fatos que geram o reconhecimento contábil de um(a):

- a) ajuste de avaliação patrimonial;



- b) despesa orçamentária;
- c) despesa extraorçamentária;
- d) obrigação não exigível;
- e) variação patrimonial diminutiva.

6. (FGV/Analista/CM Salvador/2018) A despesa com o 13º salário dos funcionários da Prefeitura de Montes de Alagoas deve ser reconhecida:

- a) no último mês do ano, representando uma variação patrimonial diminutiva;
- b) a cada mês trabalhado, representando uma variação patrimonial aumentativa;
- c) no penúltimo mês trabalhado, representando uma variação patrimonial aumentativa;
- d) a cada mês trabalhado, representando uma variação patrimonial diminutiva;
- e) no penúltimo mês do ano, representando uma variação patrimonial diminutiva.

7. (FGV/Auditor/CGM-Niterói/2018) Entre as demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está a Demonstração das Variações Patrimoniais. As Variações Patrimoniais podem ser classificadas como

- a) qualitativas e quantitativas.
- b) diretas e indiretas.
- c) monetárias e não monetárias.
- d) correntes e de capital.
- e) orçamentárias e extraorçamentárias.

Considere os dados do Quadro 02 a seguir, originados do sistema de contabilidade de uma entidade pública, relativos ao último exercício financeiro:

Descrição	Valor
Amortização de empréstimos	110.000,00
Aquisição de veículos	130.000,00
Baixa de ativos por obsolescência	32.000,00
Bens recebidos em doação	25.000,00
Construção de imóveis	690.000,00
Contratação de operações de crédito	250.000,00
Doação de bens inservíveis	18.000,00
Ganhos na alienação de bens	11.000,00
Juros e encargos da dívida	37.000,00
Perdas de ativos por furto	45.000,00
Receitas derivadas	415.000,00
Redução ao valor recuperável de ativos	21.000,00
Transferências recebidas	200.000,00

8. (FGV/Especialista/Ciências Contábeis/2017) A partir dos dados apresentados, as operações que causam redução no patrimônio líquido da entidade totalizam:

- a) 135.000,00;
- b) 153.000,00;
- c) 263.000,00;
- d) 513.000,00;
- e) 1.180.000,00.

9. (FGV/Especialista/Ciências Contábeis/2017) Considerando os dados apresentados no Quadro 02, o total das operações que não têm impacto no patrimônio é:

- a) 1.510.000,00;
- b) 1.423.000,00;
- c) 1.187.000,00;
- d) 1.180.000,00;
- e) 820.000,00.

10. (FGV/Analista/IBGE/2016) As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado. Uma entidade deve reconhecer uma variação patrimonial quantitativa quando:

- a) adquire um veículo;
- b) aliena ativos imobilizados;
- c) apropria juros incorridos;
- d) contrata uma apólice de seguro;
- e) contrata uma operação de crédito.

11. (FGV/Analista/IBGE/2016) Dos lançamentos contábeis apresentados a seguir, o que representa uma variação patrimonial qualitativa é:

- a) D: Caixa e Equivalentes de Caixa
C: Créditos Tributários a Receber
- b) D: Consumo de material de escritório
C: Estoques
- c) D: Caixa e Equivalentes de Caixa
C: Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos
- d) D: Remuneração a Pessoal Ativo
C: Pessoal a Pagar
- e) D: Créditos Tributários a Receber
C: Imposto sobre Patrimônio e Renda

12. (CESPE/Auditor/TCM-BA/2018) Na demonstração das variações patrimoniais, o provisionamento de precatórios deverá ser registrado como variação

- a) quantitativa aumentativa.
- b) quantitativa diminutiva.
- c) qualitativa aumentativa.
- d) qualitativa diminutiva.
- e) financeira aumentativa.

13. (CESPE/Analista/TRE-PE/2017) Assinale a opção correta acerca da estrutura e composição do patrimônio sob a perspectiva do setor público.

- a) Os passivos decorrem de obrigações futuras derivadas de eventos presentes.
- b) O patrimônio público é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.



- c) Os passivos mantidos essencialmente para fins de negociação são classificados como não circulante.
- d) A classificação dos elementos patrimoniais em circulante ou não circulante é feita com base nos atributos de confiabilidade e relevância desses elementos.
- e) Ativos são recursos dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços para a entidade.

14. (CESPE/Analista/TRE-PE/2017) No relacionamento entre os regimes orçamentário e contábil no âmbito da administração pública, as variações patrimoniais

- a) serão evidenciadas somente se resultarem da execução orçamentária.
- b) serão evidenciadas somente se forem independentes da execução orçamentária.
- c) serão evidenciadas, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária.
- d) serão evidenciadas apenas se impactarem negativamente o patrimônio líquido da entidade.
- e) não serão evidenciadas.

15. (FCC/Analista/TRT9/2022) Uma variação patrimonial qualitativa ocorre com o

- a) consumo de material de limpeza que estava em estoque.
- b) reconhecimento da depreciação mensal de bens móveis.
- c) recebimento de um depósito em caução.
- d) empenho de despesa corrente com pessoal e encargos sociais.
- e) lançamento do valor principal de receitas de impostos.

16. (FCC/Analista/Recife/2019) Em um ente público municipal, uma variação patrimonial qualitativa decorre do

- a) lançamento de uma receita tributária.
- b) pagamento a fornecedor de material de consumo adquirido a prazo.
- c) recebimento, em doação, de equipamentos sem especificações a eles atreladas.
- d) reconhecimento de uma provisão trabalhista.
- e) empenho de despesa com a contratação de serviços de terceiros.

17. (FCC/Analista/DPE-AM/2018) Considere os itens, a seguir, do patrimônio de uma entidade pública em 31/12/2016:

- I. Valores pagos a título de prêmio de seguros que deverão ser totalmente apropriados durante o exercício financeiro de 2017.
- II. Obrigações por danos causados a terceiros e que deverão ser totalmente pagas no exercício financeiro de 2018.
- III. Superávits acumulados de exercícios anteriores.

No Balanço Patrimonial de 31/12/2016, os itens I, II e III foram classificados, respectivamente, como Ativo

- a) Circulante, Passivo Circulante e Passivo não Circulante.
- b) não Circulante, Passivo não Circulante e Passivo não Circulante.
- c) Permanente, Passivo Financeiro e Passivo não Circulante.
- d) Circulante, Passivo não Circulante e Patrimônio Líquido.
- e) Financeiro, Passivo Financeiro e Patrimônio Líquido.



18. (FCC/Analista/TRT11/2017) Durante o mês de dezembro de 2016, ocorreram as seguintes transações em uma determinada entidade pública:

- Aquisição de material de consumo pelo valor de R\$ 100.000,00.
- Devolução de um depósito caução no valor de R\$ 25.000,00.
- Alienação de um veículo por R\$ 45.000,00, com perda de R\$ 12.000,00.
- Reconhecimento dos juros referentes à dívida consolidada no valor de R\$ 27.000,00.
- Reconhecimento da depreciação do ativo imobilizado no valor de R\$ 68.000,00.
- Utilização de material de consumo no valor de R\$ 85.000,00.
- Aquisição de um veículo no valor de R\$ 43.000,00 em 31/12/2016.

Com base nessas informações, o total das variações patrimoniais quantitativas diminutivas foi, em reais,

- a) 165.000,00. b) 192.000,00. c) 207.000,00. d) 217.000,00. e) 235.000,00.

19. (FCC/Analista/TRF 5/2017) Uma entidade pública federal adquiriu, em 30/12/2016, um imóvel para ser utilizado para a prestação de serviços para a população, data a partir da qual passou a ter a capacidade de utilizá-lo e restringir o acesso de terceiros ao mesmo. Em 17/01/2017, a propriedade legal do imóvel foi transferida para a entidade pública federal. Contudo, em 20/02/2017, antes de o imóvel estar em condições de uso, constatou-se que o terreno onde ele foi construído estava contaminado e, portanto, o acesso de pessoas ao imóvel foi proibido permanentemente pela justiça, o que gerou para a entidade pública federal impossibilidades quanto ao seu uso para a prestação de serviços, à geração de fluxos de caixa ou à redução de saídas de caixa. Assim, para a entidade pública federal, o imóvel

- a) era um ativo em 20/02/2017, pois teve como origem a aquisição em 30/12/2016.
- b) era um ativo em 20/02/2017, dada a sua capacidade de gerar benefícios econômicos.
- c) não era um ativo em 20/02/2017, em decorrência da falta de controle do recurso.
- d) era um ativo em 20/02/2017, dado o seu potencial de serviços.
- e) não era um ativo em 30/12/2016, em decorrência da falta de propriedade legal do imóvel.

20. (FCC/Analista/TRT 24/2017) De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, o Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. Para ser considerado um recurso, um item de um Tribunal Regional do Trabalho deve, necessariamente,

- a) gerar benefícios econômicos diretamente do próprio recurso e não do seu direito de uso.
- b) gerar entradas líquidas de caixa.
- c) ser de propriedade legal da entidade.
- d) ter a possibilidade de trocar o recurso por outro ativo.
- e) ter potencial de serviços ou capacidade de gerar benefícios econômicos.

21. (FCC/Técnico Judiciário/TRT3/2015) Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a classificação do patrimônio público, sob o enfoque contábil, está estruturado nos seguintes grupos:

- a) ativos, passivos e patrimônio líquido.
- b) bens móveis, imóveis e obrigações a pagar.
- c) ativos, passivos e demonstração das variações patrimoniais.



d) subsistemas orçamentário, financeiro e patrimonial.

e) ativos e passivos não circulantes e saldo patrimonial.

22. (FCC/Técnico/TRT3/2015) Um Hospital Público Estadual adquiriu à vista, no mês de maio de 2015, duas ambulâncias pelo valor de R\$ 170.000,00. Sob o aspecto patrimonial, a referida transação refere-se a uma

a) variação patrimonial quantitativa.

b) despesa de capital.

c) inversão financeira.

d) variação patrimonial qualitativa.

e) variação patrimonial modificativa.

23. (FCC/Analista/TCE-CE/2015) A autarquia hospitalar estadual Dr. Menezes de Cabral alienou dois veículos pelo valor total de R\$ 65.500,00, incluídos ganhos com alienação no valor de R\$ 4.500,00. Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC T, nesta transação, sob o aspecto patrimonial, ocorreu uma

a) receita patrimonial e variação patrimonial quantitativa no valor de R\$ 61.000,00 e R\$ 4.500,00, respectivamente.

b) variação patrimonial quantitativa no valor de R\$ 65.500,00.

c) receita de capital e variação patrimonial qualitativa no valor de R\$ 61.500,00 e R\$ 4.500,00, respectivamente.

d) diminuição do ativo no valor de R\$ 65.500,00.

e) variação patrimonial qualitativa e quantitativa no valor de R\$ 61.000,00 e R\$ 4.500,00, respectivamente.

24. (FCC/Analista/TCE-CE/2015) Uma variação patrimonial

a) qualitativa altera o valor total do ativo e do patrimônio líquido concomitantemente pelo mesmo valor.

b) quantitativa diminutiva reduz o ativo e têm como contrapartida a redução do passivo pelo mesmo valor.

c) quantitativa aumentativa aumenta o ativo e têm como contrapartida a redução do passivo pelo mesmo valor.

d) qualitativa pode aumentar um ativo e ter como contrapartida a redução de outro ativo pelo mesmo valor.

e) quantitativa pode aumentar um ativo e um passivo concomitantemente pelo mesmo valor.

25. (FCC/Auditor Substituto de Conselheiro/TCE-RO/2010) Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Volume II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, as variações no patrimônio da entidade podem ser classificadas em quantitativas ou qualitativas. Uma variação qualitativa decorre

a) da realização de operações de crédito.

b) do recebimento de bens em doação.

c) do consumo de material de expediente.

d) da liquidação da despesa com pessoal.

e) da ocorrência do fato gerador do Imposto Predial e Territorial Urbano.

26. (FCC/Analista/TCE-AP/2012) Conforme artigos 100 e 104 da Lei no 4.320/64 em sintonia com a Resolução CFC no 1.131/08 e norma contábil NBC T 16.4, a compra de bens à vista por uma entidade pública representará uma variação patrimonial

a) quantitativa aumentativa financeira.

b) quantitativa diminutiva financeira.



- c) qualitativa.
- d) extraorçamentária ativa.
- e) extraorçamentária passiva.

27. (FCC/Analista/TRT11/2017) Durante o mês de dezembro de 2016, ocorreram as seguintes transações em uma determinada entidade pública:

- Aquisição de material de consumo pelo valor de R\$ 100.000,00.
- Devolução de um depósito caução no valor de R\$ 25.000,00.
- Alienação de um veículo por R\$ 45.000,00, com perda de R\$ 12.000,00.
- Reconhecimento dos juros referentes à dívida consolidada no valor de R\$ 27.000,00.
- Reconhecimento da depreciação do ativo imobilizado no valor de R\$ 68.000,00.
- Utilização de material de consumo no valor de R\$ 85.000,00.
- Aquisição de um veículo no valor de R\$ 43.000,00 em 31/12/2016.

Com base nessas informações, o total das variações patrimoniais quantitativas diminutivas foi, em reais,

- a) 192.000,00. b) 207.000,00. c) 217.000,00. d) 235.000,00. e) 165.000,00.

A repartição competente de um determinado Estado verificou, em 17 de janeiro de 2017, a procedência de crédito fiscal previsto em lei referente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e a pessoa que lhe era devedora, e inscreveu o débito desta. Em 15 de fevereiro de 2017, o contribuinte pagou o IPVA em uma instituição financeira autorizada pelo ente e, em 22 de fevereiro de 2017, o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual.

28. (VUNESP/Concurso Promoção/APOFP/SP/2017) De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o resultado patrimonial do Estado foi alterado em

- a) 17 de janeiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial aumentativa.
- b) 17 de janeiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.
- c) 15 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial aumentativa.
- d) 15 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.
- e) 22 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.

29. (VUNESP/Analista/TJ-PA/2014) Os ativos que forem adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações, serão considerados

- a) Receitas.
- b) Bens móveis e imóveis.
- c) Patrimônio Público.
- d) Ativos à disposição do paço público.
- e) Estoques.

30. (ESAF/Analista/STN/2013) Em um hospital público, entidade autárquica, o aumento do ativo imobilizado por reavaliação, o uso de medicamentos na prestação de serviços e a contratação de uma operação de crédito de longo prazo são considerados, respectivamente, variação patrimonial

- a) aumentativa, qualitativa e diminutiva.

- b) qualitativa, diminutiva e qualitativa.
- c) qualitativa, quantitativa e quantitativa.
- d) quantitativa, quantitativa e qualitativa.
- e) quantitativa, permutativa e quantitativa.

31. (ESAF/Analista/DNIT/2013) Assinale a opção em que as transações realizadas pelo ente público provocam, respectivamente, variação patrimonial qualitativa e quantitativa do patrimônio, decorrentes da execução orçamentária.

- a) Permuta de bens entre unidades gestoras e baixa de material considerado inservível.
- b) Venda de equipamentos de uso permanente e pagamento de despesa com pessoal.
- c) Pagamento de prestador de serviços e recebimento de bens por doação.
- d) Transferência de recursos mediante convênios e aquisição de material de consumo para estoque no almoxarifado.
- e) Requisição de material de consumo no almoxarifado e emissão de nota de empenho.

32. (ESAF/Contador/MTUR/2014) As alterações do patrimônio de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas evidenciam:

- a) a saída ou a entrada de recursos no caixa da entidade.
- b) o aumento ou a diminuição da riqueza durante o período.
- c) aumento ou a diminuição do fluxo de investimentos no período.
- d) redução ou aumento no fluxo de caixa da entidade.
- e) aumento ou diminuição nas atividades fim da entidade.

33. (ESAF/Contador/MTUR/2014) Tendo em vista que as variações patrimoniais da entidade pública são classificadas em qualitativas e quantitativas, assinale a opção que indica a ocorrência de variações qualitativa e quantitativa, respectivamente.

- a) Recebimento de bens por doação, pagamento de despesa com pessoal ativo.
- b) Recebimento de tributo lançado, baixa de equipamento obsoleto.
- c) Amortização de empréstimo, recebimento antecipado proveniente de venda a termo.
- d) Provisionamento para pagamento de 13º salário, amortização da dívida mobiliária.
- e) Prestação de contas de suprimento de fundos, transferência de recursos a ente de outra esfera de governo.

34. (FBC/Exame CFC/2015.1) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, analise as variações patrimoniais apresentadas nos itens abaixo, ocorridas nos registros contábeis de uma prefeitura, em relação ao Patrimônio Líquido e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- A. Lançamento de IPTU, na data da ocorrência do fato gerador.
- B. Aquisição de veículo a prazo.
- C. Contratação de operação de crédito.
- D. Reconhecimento, em Regime de Competência mensal, do 13º salário a ser pago no final do ano.

Classificam-se como Variações Patrimoniais Qualitativas aquelas descritas nos itens:

- a) C e D.
- b) B e C.
- c) A e D.
- d) A e B.

35. (FUNRIO/Analista/Ciências Contábeis/2013) Na Contabilidade Pública, os juros e encargos de empréstimos e financiamentos concedidos representam uma variação patrimonial



- a) qualitativa aumentativa.
- b) modificativa diminutiva.
- c) permutativa.
- d) qualitativa diminutiva.
- e) quantitativa aumentativa.

36. (CONSULPLAN/Analista/TRF2/2017) Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, “as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado. Essas variações patrimoniais podem ser definidas como Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA): corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários; Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD): corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários”. Considera-se realizada a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA): I. Nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados;

II. Quando da extinção, exclusivamente total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

III. Pela extinção natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

Sobre a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) estão INCORRETAS as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

37. (CESGRANRIO/Analista/IBGE/2013) As alterações ocorridas no patrimônio das entidades do setor público, nos termos do Manual de Contabilidade aplicada a tais entidades, consistem em variações quantitativas e qualitativas. Em relação a essas variações no patrimônio, considere as afirmativas abaixo.

I - Variações qualitativas são aquelas em que ocorrem permutações de mesmo valor dos elementos do patrimônio, ou seja, que não alteram o valor do patrimônio líquido.

II - Variações quantitativas são aquelas em que ocorrem transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

III - Variações qualitativas e quantitativas são aquelas em que ocorrem permutações de mesmo valor dos elementos do patrimônio que podem alterar o valor do patrimônio líquido.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III

38. (FUNDATÉC/Auditor do Estado/CAGE-RS/2014) Nas alternativas a seguir, marque aquela que apresenta os itens que NÃO constam do Patrimônio Público:

- a) Praças, pontes e ruas.
- b) Capital intelectual criado internamente pela entidade pública cujos custos são imprecisos.
- c) Investimentos em ações de outras empresas.
- d) Marcas e patentes.
- e) Direitos de exploração de minas.

39. (FUNDATÉC/Auditor do Estado/CAGE-RS/2014) São exemplos de variações patrimoniais qualitativas, EXCETO:

- a) Contratações de operações de crédito.
- b) Compra de veículos a prazo.



- c) Incorporação de bens por doação.
- d) Depósitos bancários.
- e) Compra de matéria-prima para a fabricação de produtos.



GABARITO



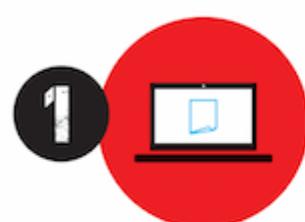
GABARITO

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
A	B	C	C	E	D	A	B	D	C
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
A	B	E	C	C	B	D	B	C	E
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
A	D	E	D	A	C	A	A	C	D
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	
B	B	B	B	E	D	C	B	C	



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.